

Turismo e Animação Cultural no Espaço Urbano

Revista Rosa dos Ventos

5(3) 451-459, jul-set, 2013

© O(s) Autor(es) 2013

ISSN: 2178-9061

Associada ao:

Programa de Mestrado em Turismo

Hospedada em:

<http://ucs.br/revistarosadosventos>



Mario Carlos Beni¹

RESUMO

Em 1979, a Diretoria de Planejamento da Empresa Paulista de Turismo (PAULISTUR SA), coordenada por Mario Beni, incrementou uma política de *animação* em espaços públicos, na cidade de São Paulo. Houve, naquele momento, disponibilização de estruturas e de condições políticas que permitiram exercer com ineditismo algumas intervenções para satisfazer as necessidades de um aglomerado urbano como São Paulo, SP, em termos de educação, lazer e cultura. O presente estudo de caso objetiva resgatar tal experiência e seu legado para a cidade, registrando como as zonas de intervenção devem oferecer condições para a produção e o consumo da cultura e do turismo, de uma maneira geral, dando condições de desenvolvimento à economia simbólica.

Palavras-chave: Turismo. Cidade. Animação sociocultural. Paulistur. São Paulo, SP

ABSTRACT

Tourism and Sociocultural animation in Urban Space - In 1979, the Diretoria de Planejamento da Empresa Paulista de Turismo (PAULISTUR SA), coordinated by Mario Beni, increased a policy of animation in public spaces in the city of São Paulo. At that time there was structures and political conditions that allowed an unprecedented exercise with urban interventions to meet the needs in terms of education, leisure and culture of an urban center such as São Paulo, SP. This case study aims to revive such experience and its legacy to the city, registering as urban interventions should provide conditions for the production and consumption of culture and tourism, in general, providing conditions for the development of symbolic economy.

Keywords: Tourism. City. Sociocultural animation. Paulistur. São Paulo, SP, Brazil.

¹ **Mario Carlos Beni** - Doutor pela ECA-USP. Professor na Universidade de Brasília e na Universidade de Caxias do Sul. E-mail: beni@usp.br

INTRODUÇÃO

Este *case* originou-se de um *flash-back* de vida do autor, para 1979, quando ocupava a Diretoria de Planejamento da Empresa Paulista de Turismo (PAULISTUR SA). Decorridos todos esses anos, vemos com espanto que pouco se tem feito para incrementar a *animação* em espaços públicos nas cidades brasileiras. Estas têm demonstrado crescimento exponencial, junto com a população mundial, principalmente nos países emergentes.

Tivemos a oportunidade única, naquela ocasião, de encontrar estruturas e condições para exercer com ineditismo algumas medidas e atingir o sucesso em vários outros empreendimentos, vindo a satisfazer necessidades de aglomerados urbanos para a educação, lazer e cultura. A troca de momentos de entretenimento de qualquer tipo e a vida nas grandes metrópoles vem tendendo a se cristalizar no que chamaríamos de ‘tempos-espacos pontuais’ na vida corriqueira dos habitantes e possíveis destinos turísticos.

A nossa expectativa é a de que, a partir dos exemplos deste estudo de caso, tais movimentos de transformação social possam ser mais bem aquilardados, e fundamentada a sua expansão para prover, nos dias atuais, menor violência, maior intercâmbio de experiências e vivências, valorização do comportamento ético e moral, a fim de salvaguardar e defender o patrimônio cultural, reviver a história dos lugares, o entrosamento e a integração dos espaços urbanos com a conduta educada, consciente e de hospitalidade da população residente e dos visitantes.

Em 2013, a população mundial é de 7,2 bilhões, mais da metade vivendo em cidades. A United Nations World Urbanization Prospect (2007)² estima para 2025, uma população em torno de 8.01 bilhões de pessoas, sendo que 57,8% dela estará vivendo em cidades e 4,701 bilhões, ou seja, 42,8%, vivendo no campo. Desses, 17,58% estarão em países desenvolvidos e 84,7% em outras partes do mundo. Em poucos anos teremos mais de dez megacidades, com população acima de 15 milhões de habitantes: Tóquio, Mumbai, Nova Deli, Cidade do México, São Paulo, Nova Iorque, Seul, Dacar, Jacarta e Manila.

O momento de crise estrutural das cidades em decorrência dos problemas de ordem econômica, política, social e cultural tem conduzido o fenômeno urbano em seu ritmo acelerado a um destino incerto e, cada vez mais, transformando as ciências em força produtiva, e o espaço urbano em mercadoria. Nessa relação desigual e combinada da contra posição entre questões sócio-ambientais e econômicas, em que, de modo geral essa última se sobressai, geralmente ficando aquilo que é público em segundo plano ou ainda considerado como problema (Loboda, 2005, p. 129).

O conhecimento do fenômeno urbano refere a uma dimensão de extraordinária complexidade e de céleres mudanças estruturais, o que exige conhecimentos multi, inter e transdisciplinares. O processo de pesquisa deverá ser contínuo, com permanente e amplo debate. Essa característica diferencia tal sociossistema urbano, que produzirá sua atividade cultural moldada nas estruturas sociais, políticas, econômicas, de transporte, moradia, comunicações e tantas outras, tornando-se típica atividade humana.

A história urbana mostra que as transformações de ordem econômica e social se seguem a adequação das estruturas, das formas e das imagens das cidades. Depois da urbanização ocasionada pela industrialização, a cidade transformou-se radicalmente, adequando-se à nova

² Disponível em, http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007WUP_Highlights_web.pdf. Acesso, em maio de 2009.

condição de centro de produção material. Atualmente, na economia pós-industrial, novas transformações estão em curso: a produção não material obriga, mais uma vez, as cidades se renovarem.

Com a cidade industrial, a necessidade de enfrentar os novos desafios buscando prever, direcionar e controlar as mudanças fez surgir e desenvolver o urbanismo e o planejamento urbano. Com a cidade pós-industrial, vem se difundindo novas formas de intervenção, por meio dos planos estratégicos e dos projetos urbanos integrados. No primeiro caso, visava-se a adequação da cidade à rede de produção material. No segundo, objetiva-se a produção imaterial de bens e não materiais correntes: serviços, informações, símbolos, valores, estética, além de conhecimento e tecnologia.

Para a economia na cidade industrial, importava a proximidade de fontes de matérias primas e de energia, a disponibilidade de capital, de força de trabalho e de um mercado local. Para a nova economia que segundo Peter Hall (2002, p.8) deixou de ser a *economia informacional* e se tornou a *economia cultural*, ou seja, ela tem na cultura “a sua nova mola propulsora” (Arantes, 2000, p.152), as exigências são radicalmente diferentes. A utilização da cultura como instrumento de revitalização urbana, faz parte de um processo bem mais vasto de utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico.

As transformações urbanas buscam, portanto, reverter os efeitos danosos das mudanças econômicas pós-fordista e adaptar o ambiente construído à nova economia. As novas zonas de intervenção devem oferecer condições para a produção e o consumo da cultura e do turismo, de uma maneira geral. Devem, ainda, atender às condições de desenvolvimento da economia simbólica, no sentido apontado por Zukin (1995), da produção de espaços e significados culturais da cidade. As transformações espaciais não são consideradas somente na sua dimensão físico-territorial, mas envolvem, em grau crescente, ponderações de ordem simbólica. O lugar, a imagem e a identidade, elementos profundamente ancorados na cultura local se tornaram fundamentais.

A CIDADE PRODUTO

No mundo global, onde a modernização gerou a estandardização e a homogeneidade em que muitas cidades industriais viram diluir-se a sua identidade, a diferenciação pela pujança da identidade local se torna um fator essencial. Neste sentido, se considera que é principalmente pela cultura, que as cidades poderão se individualizar, acertando suas identidades, marcando lugar no panorama mundial. A importância da economia cultural na cidade envolve, portanto, aspectos diferentes e entrelaçados em que se destacam a cultura, o turismo e a economia da experiência, ou seja, a *dream society*.

O empresariamento da administração urbana, com os mega investimentos pontuais e fragmentados nas cidades, surge na década de 1980. Visava recuperar sítios inteiros pelo efeito revigorador de projetos urbanísticos de intervenção, dotados de visibilidade mediática, que se consideravam capazes de disseminar contaminações positivas sobre o entorno e de contribuir para a constituição de uma nova imagem urbana. Consagra o fenômeno da gentrificação, do qual são exemplos o Pelourinho, em Salvador; a Ópera de Sidney; o Guggenheim, de Bilbao; o Walt Disney Concert House, em Los Angeles; o Sesc Fábrica da Pompéia, São Paulo; o Puerto Madero, em Buenos Aires. É o que Souza e Rodrigues (2004) irão denominar planejamento *mercadófilo*, em que o poder público realiza todos os investimentos de infraestrutura e entrega à iniciativa privada a comercialização dos espaços e dos serviços decorrentes das intervenções.

Nesta associação do planejamento empresarial, do projeto urbano e da estratégia cultural com o marketing, percebemos no texto de Arantes (2000, p.48) um *turnig point*: a abordagem culturalista dos anos 1960 se torna um *culturalismo de mercado*, em que tudo o que refere à cultura se torna mercadoria. Nessa metamorfose, a cultura transforma-se no grande negócio da *cidade mercadoria*, e esta se torna cada vez mais espetacular.

Há que se considerar, portanto, dois pontos de inflexão no que se refere ao cultural: o primeiro remete à revitalização, associada à memória, ao patrimônio e às demandas locais; e o segundo, remete à mercantilização, à globalização e à espetacularização da cidade e da cultura. Paralelamente a essa nova concepção espacial e arquitetônica, percebe-se um crescente movimento de valorização do espaço, que se evidencia cada vez mais na cidade como um dos principais vetores em matéria de ordenamento urbano, de primeiríssima importância para as atividades de lazer, recreação e entretenimento dos cidadãos.

A EXPERIÊNCIA PAULISTA

Foi exatamente no momento de reflexão e efervescência dessa discussão no meio acadêmico, que este docente e pesquisador assume, em 1979, a Diretoria de Planejamento da então PAULISTUR, autarquia pública de economia mista da Prefeitura Municipal de São Paulo, hoje a SPTuris. Reivindica, então, a escolha de seu corpo de auxiliares como condição *sine qua non* para aceitar o cargo e leva, consigo, uma equipe de ex-alunos da USP, Faculdade de Turismo do Morumbi e Ibero Americana, cursos em que lecionava. Formada a equipe, imediatamente propõe entre outros projetos, o Programa de Animação da Cidade. O desafio era o de estudar e propor novas vocações espaciais para a cidade de São Paulo, com o foco no lazer e recreação para sua população residente. Sabia-se que tal missão no planejamento estratégico da empresa, traduzia-se em três principais áreas de atuação:

1. O complexo do Anhembi e sua principal função como centro polivalente e multifuncional de Congressos, Feiras e Exposições.
2. A cidade de São Paulo como maior polo receptivo do país, em suas complexas operações de atendimento, informação e orientação ao turista estrangeiro e nacional.
3. O espaço urbano mais destinado ao lazer, recreação e entretenimento de seus habitantes.

Com essas metas prioritárias, reuniu-se um grupo de acadêmicos e profissionais, trabalhando numa plataforma, multi, inter e transdisciplinar para planejar políticas de renovação, revitalização e reordenamento dos espaços urbanos, objeto desse texto. O que se debatia em constantes reuniões e seminários técnicos com a equipe era o equacionamento de outras formas de conceber e produzir a cidade, nas quais os espaços públicos abertos de lazer, recreação e entretenimento seriam uma das vertentes de maior incidência a se considerar nas tomadas de decisão. Além do permanente interesse na qualificação da qualidade de vida da população em suas respectivas áreas e parques de vizinhança, houve destacadas preocupações, mais universais, com os estilos e padrões de comportamento social e comunitário, com decisivos reflexos no bem estar coletivo. Vale lembrar aqui que

[...] as transformações arquitetônicas e urbanísticas, a ampliação do sentimento de insegurança e o crescimento exponencial das cidades e consequentemente do tráfego de veículos alteraram a forma de apropriação lúdica dos espaços públicos, o estranhamento das pessoas em relação às possibilidades recreativas da rua e das praças nas grandes cidades é de tal proporção que já não se consegue acreditar que, na história das cidades, esses espaços possam surgir para atender as necessidades de contemplação e de encontros de indivíduos (Camargo, 1999, p.62).

De fato, as ruas e praças sempre foram uma alternativa de lazer para as pessoas se encontrarem e para realizarem atividades comuns. No entanto, esse uso foi se degradando nos grandes centros urbanos em função dos fatores de risco associados modernamente às ruas e uma consequente privatização da vida lúdica e romântica, na qual a produção cultural do lazer vem cedendo a um consumo passivo. Conforme adverte Bracht (2003), o mundo organizado pressupõe um lúdico domesticado, vendável.

Tempo, espaço e atitude são de fato, categorias fundamentais para apreender o universo lúdico nas ruas. As observações diretas apontam para um grande número de pessoas utilizando as vias e logradouros públicos como espaços de lazer. Em parte, o pouco trânsito de veículos no local, por interdição periódica em fins de semana e feriados, permite o uso integral desses espaços.

Em relação ao tempo, a taxa de ocupação das ruas oscila entre as faixas etárias à medida que estas dispõem de tempo livre diferenciado. Trabalhando com esses pressupostos teóricos da dinâmica lúdica nos espaços públicos, uma das primeiras preocupações foi a de assegurar a decisiva colaboração da Universidade de São Paulo, não só da Escola de Comunicações e Artes, com de seus cursos de Turismo, Relações Públicas, Propaganda, Jornalismo, Teatro e TV, como de outras unidades como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com seus departamentos de História, Geografia, Sociologia entre outras.

Este aporte interdisciplinar foi fundamental para a definição, elaboração e execução do Programa de Animação da Cidade, que teve formato apresentado a seguir, cuja distribuição territorial inspirou-se na conceituação desenvolvida por Richter (1981) e por Llardent (1982).

1. Parques de vizinhança: Praças e *playground* que apresentassem função recreacional, podendo abrigar alguns tipos de equipamentos.
2. Parques de bairro: Áreas ligadas à recreação, com equipamentos recreacionais, esportivos dentre outros, que requeressem maiores espaços do que os parques de vizinhança.
3. Parques setoriais ou distritais: Áreas ligadas à recreação com equipamentos que permitissem que tal atividade se desenvolvesse. Ex.: Parque do Ibirapuera, Parque Villa Lobos entre outros.
4. Áreas de proteção da natureza: Destinadas à conservação, podendo possuir algum equipamento recreacional para uso pouco intensivo. Ex.: Parque Ecológico do Tietê; Parque Siqueira Campos.
5. Áreas de função ornamental: Áreas que não possuíssem caráter conservacionista nem recreacional, como canteiros de grandes avenidas e rotatórias.
6. Áreas de uso especial: Jardim Zoológico, Jardim Botânico.
7. Áreas e Praças de Esportes.
8. Rua de pedestres: Calçadas

Llardent (1982) ainda propõe as seguintes expressões:

Sistemas de espaços livres: Conjunto de espaços urbanos ao ar livre, destinados ao pedestre para o descanso, passeio, prática esportiva e, em geral, recreio e entretenimento.

Espaço livre: Quaisquer das distintas áreas verdes que formam o sistema de espaços livres.

Zonas verdes, espaços verdes, áreas verdes, equipamento verde: Qualquer espaço livre no qual predomine áreas plantadas de vegetação, correspondendo, em geral, ao que se conhece como parques, jardins ou praças.

Definidos os espaços de lazer em que se iria trabalhar em toda a extensão da cidade, envolvendo todos os bairros, procurou-se firmar parcerias público-privadas para consolidar o Programa, que hoje podem ser vistos como a gênese da moderna gestão de políticas públicas, cabendo a este professor a antecipação no tempo e no espaço da combinação de recursos físicos, humanos e de capital, no direcionamento e execução das ações prioritárias das transformações urbanas.

Assim, na Administração Municipal paulistana contou com a efetiva participação das secretarias municipais de Cultura, Educação, Esporte, Administrações Regionais, dentre outras, além da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). Havia ainda a parceria com as associações de bairro, Associação Comercial, Clube dos Lojistas, clubes de serviços e empresas destacadas nos locais, objeto da intervenção. No Governo do Estado contava-se com o apoio da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar.

O patrocínio para os eventos era assegurado pelas empresas de comércio e algumas indústrias, além de uma pequena parcela do orçamento municipal, que invariavelmente era destinado à infraestrutura e à operacionalidade. Adotou-se como estratégia desenvolver o Programa da periferia para o centro, atendendo prioritariamente aos bairros mais carentes e populosos e de baixa renda. Nestes foram incentivadas e apoiadas atividades desportivas de clubes de futebol de várzea e grêmios, entre outros.

Sendo São Paulo a cidade de maior população nordestina do país, concentrada em alguns bairros da Zona Norte, o foco das atividades recreacionais voltou-se aos festivais de música do Nordeste, como forrós e eventos ligados a cultura daquela região, estruturando-se igualmente o folclore e a cultura popular. Sabia-se estar oferecendo um recorte cultural daquilo que haviam deixado em seus Estados de origem e, esse fato, gerou aquecidos debates acadêmicos. Claro que nesses eventos mesclavam-se grupos carnavalescos e de música erudita, numa tentativa de passar um pouco da pujante diversidade cultural de São Paulo.

Foram criados também vários subprogramas direcionados a diferentes faixas etárias da população, como a 'Praça é o recreio da criança', com programação recreacional e lúdica que durava o dia inteiro, apresentando teatro de bonecos, peças de teatros infantis, bandas, atividades circenses e atividades desportivas, entre outras. Outro subprograma, o 'Criança conheça sua cidade', envolveu convênio com a Secretaria Municipal da Educação.

Enquanto se trabalhava a periferia, foram desenvolvidos em paralelo alguns mega eventos na cidade: 'Música no Parque', levando pela primeira vez a Orquestra Sinfônica Municipal para o Parque do Ibirapuera, para ser assistida por mais de duzentos mil espectadores. Igualmente, proporcionaram-se espetáculos circenses na Avenida Paulista, aos domingos.

Trabalhávamos, igualmente, com a diversidade cultural das colônias estrangeiras da Capital, requalificando as festas étnicas tradicionais como as italianas: San Genaro, na Mooca; Nossa Senhora da Achirópita, no Bixiga; San Vito, no Brás. Na mesma linha, a colônia japonesa, coreana, árabe, alemã entre outras, mereceram atenção.

Considerando que se tinha, também, a gestão do complexo do Anhembi, que abrigava algumas das mais tradicionais Feiras e Exposições de São Paulo, como a Feira Nacional da Indústria Têxtil (FENIT), aproveitaram-se os grandes patrocinadores dessas Feiras para estendê-las a

alguns bairros da cidade, realizando desfiles de moda denominados Desfile de Moda Primavera Verão, em passarelas montadas nas principais ruas de comércio da capital, como a rua Doze de Outubro, na Zona Oeste, a rua João Cachoeira, na Zona Sul, a rua Oriente, na Zona Leste, a rua Barão de Itapetininga, no Centro, em fins de semana com muita animação musical. Oferecia-se à população dos bairros momentos de entretenimento e muita animação.

De idêntico modo, buscava-se atrair o fluxo turístico do interior do Estado para a Capital, incentivando os espetáculos musicais e peças teatrais de São Paulo, acrescentando-se a essa oferta o centro gastronômico de São Paulo, um dos mais ricos e diversificados do mundo. A PAULISTUR oferecia, também, substancial apoio às festividades dos Aniversários de Bairro, organizando toda a programação, desde a alvorada, com missa campal, apresentação de bandas, desfile de fanfarras, eventos e espetáculos dirigidos a todas as faixas etárias, como torneios esportivos entre outros. Em todas essas festividades, a Empresa disponibilizava, em razão das parcerias e patrocínios, a apresentação de conjuntos artísticos musicais com ou sem coreografia; atividades circenses em geral; animação de personagens das histórias de quadrinho; bandas marciais; blocos de escolas de samba; desfile de carros antigos; corpo de *ballet* com coreografia; exibição de conjuntos folclóricos coreografados com danças e folguedos populares; teatro de bonecos; peças teatrais infantis; grupo de teatro amador; corpo de baile do Município; coral do Município; concertos de música de câmara e de solistas; ginastas; demonstrações desportivas; jogos; gincanas entre outros. O Programa Domingo no Parque tinha como proposta a ativação de espaços urbanos e áreas verdes e Parques da cidade.

Em relação aos grandes espaços públicos constata-se a concentração de duas massas verdes contínuas: uma no norte, constituída pelas reservas florestais da Cantareira e Pico do Jaraguá, e outra, ao sul, formada pela grande área rural de Parelheiros e as represas do sistema Billings e Guarapiranga. Entre essas faixas verdes situa-se a grande área urbana da cidade, onde se destacam, com extensão apreciável, o Parque do Ibirapuera, Parque do Carmo, Parque do Estado, Parque do Piqueri, Horto Florestal, Jardim Botânico, Parque da Aclimação, Parque Guarapiranga, Parque da Luz, Parque Morumbi, Trianon, Parque Fernando Costa e mais recentemente o Parque Villa Lobos.

RESULTADOS

Quem visita, hoje, aos fins de semana, a Praça Benedito Calixto, o espaço da Av. Paulista no MAM e na Praça D. Orione, no Bixiga, ainda pode comprovar parte desse Programa, nas feiras de antiguidades realizadas nesses locais, com grande afluência do público paulistano e de turistas.

O modelo francês de animação urbana, junto com os equipamentos socioculturais e dispositivos sociais, está, cada vez mais, levando à multiplicação dos centros de lazer no espaço das cidades. Para crianças e jovens urbanos, as federações de educação popular, em conjunto com as municipalidades e iniciativa privada, criaram centros ao ar livre e de férias, mas a tendência mais recente é a de uma transformação dessas instituições em centros de lazer sem alojamento. Os CLSH também estão sendo organizados pelas comunidades locais.

Praticamente, todos os municípios franceses situados em uma área metropolitana organizam e subsidiam atividades de lazer para jovens, a partir de um sistema de recreação político-administrativo local. O enquadramento desses centros é assegurado por 250.000 recreacionistas. Creio que este modelo poderia ser transplantado para o Brasil com destacada

importância e relativa facilidade, utilizando a mão-de-obra disponível de milhares de bacharéis em Turismo já existentes no mercado.

Tais exemplos podem ser enquadrados na polissemia da produção de entretenimento, fornecendo muito mais que diversão. Ela fornece porções rigorosamente quantificadas de fantasia, desejo e euforia para as pessoas cujas condições de vida, movidas pela aceleração, são capazes de torná-las carentes delas (Sevcenko *apud* Marinho & Bruhs, 2003, p. 11).

Essa produção esforça-se em tentar compensar o extremo empobrecimento da vida social, cultural e emocional, conduzindo os indivíduos a uma aceleração contínua das mercadorias, rotuladas como belas imagens, como novidades, como um espetáculo propriamente dito.

A partir de tais referências, talvez se possa, realmente, crer que a cultura contemporânea é lúdica e se apresenta, ao mesmo tempo, potencialmente tecnológica e, de alguma forma, espetacular. É relevante, nesse contexto, perceber as potencialidades das práticas de lazer diante das mudanças sociais e culturais contemporâneas, traduzidas em movimentos complexos. Associados, por um lado, “aos novos padrões de competitividade e à aceleração tecnológica, e, por outro, capazes de estabelecer uma configuração inovadora por toda a esfera humana” (Marinho & Buhr, 2003, p.28).

Esse ecossistema – a cidade – é formado por dois sistemas básicos: o sistema natural, composto pelo meio físico e biológico, e o sistema cultural, construído pelo homem e por suas atividades e criações. Os estudos ecossistêmicos urbanos são aqueles que tentam apresentar uma visão holística dos fenômenos ecológico do ambiente urbano, com particular ênfase nos processos e nas conexões ecológicas. Enquanto sistema, a cidade deve ser entendida como um sistema aberto, funcionando de forma dependente de outros sistemas (Sarti, 2009, s.p.).

A resposta ao desafio urbano deve levar em consideração a singularidade das diversas configurações naturais, culturais, sociopolíticas, históricas e de tradição de cada cidade. Em lugar de buscar soluções gerais e homogêneas deve ser considerada a diversidade global como um valor cultural de fundamental importância. Essas diversidades e esses valores culturais são originários do desenvolvimento endógeno do local e do empoderamento social do lugar, razão porque, deve ser motivado o desenvolvimento local em formas inovadoras de políticas de apoio às iniciativas locais, proporcionando o acesso aos recursos necessários para superar obstáculos à plena utilização do potencial local.

É necessário planejamento estratégico e políticas públicas que atentem para a capacitação e qualificação dos agentes institucionais responsáveis pelos programas de animação urbana, bem como o indispensável instrumento de parceria público-privado para implementá-los. O crescimento exponencial das cidades, o enriquecimento das suas estruturas, a universalização da consciência dos habitantes das metrópoles e da preocupação contínua em sensibilizar os conglomerados urbanos e a multiplicação dos estilos antigos e modernos de vida, de expressões culturais e de manifestações dos agentes humanos, são culminados por um traço típico da espécie humana: o da proximidade com o semelhante e a prática natural da hospitalidade.

REFERÊNCIAS

Arantes, O.; Vainer, C. & Maricato, E. (2000). *A cidade do pensamento turístico*. Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes.

Bracht, V. (2003). *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Ijuí, RS: Editora Unijuí.

- Camargo, L.O.L. (1999). *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense.
- Hall, P. (2002). *Urban and regional planning*. London : Routledge.
- Llarden, L. R. A. *Zonas verdes y espacios libres en la ciudad*. Madrid: Closas . Orcoyen, 1982.
- Loboda, C.R & De Angeles, B.L.D. (2005). Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência*, v1, n. 1, jan-jun, p. 125-139. Disponível em <revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/download/157/185>
- Marinho, A. & Bruhs, H.T (org.). (2003). *Turismo, lazer e natureza*. Barueri, SP: Manole.
- Pimentel, R.M.L. *A dinâmica lúdica da rua*. Maringa, PR: Centro Universitário de Maringa.
- Souza, M.L. & Rodrigues, E.B. (2004). *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Unesp.
- ZUKIN, Sharon. (1995). *The cultures of cities*. Cambridge, Massachussetts, Blackweell.
- Algumas novas práticas e vocações territoriais.
- <http://www.apagina.pt/arquivo/artigo.asp?d-2952>